

http://gesel.ie.ufrj.br/

gesel@gesel.ie.ufrj.br

Entrevista com Reive Barros: "geração mais próxima da carga e cronograma adiantado de leilões"

TEIXEIRA, Pedro Aurélio. "Entrevista com Reive Barros: 'Geração mais próxima da carga e cronograma adiantado de leilões". Agência CanalEnergia. Rio de janeiro, 04 de julho de 2018.

Após sair da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, Reive Barros tem mais um desafio. Agora à frente da Empresa de Pesquisa Energética, ele sai da regulação para atuar no planejamento do setor. Em entrevista exclusiva à *Agência CanalEnergia*, o novo presidente fala sobre a sua intenção de ter a carga mais próxima da geração e de dar mais previsibilidade ainda aos investidores com um cronograma antecipado de leilões.

Apostando mais nas renováveis e com pouco entusiasmo com as usinas do rio Tapajós, o novo presidente da EPE não acredita que a indefinição sobre a votação do novo modelo possa de algum modo atrapalhar o planejamento energético. Ele também promete para o PDE a inserção de temas como o armazenamento de energia e observa com atenção o crescimento da Geração Distribuída no país.

Agência CanalEnergia: Como será a sua gestão à frente da EPE?

Reive Barros: A EPE é uma empresa que tem um altíssimo nível de qualificação, com equipe muito competente e nós pretendemos contribuir aqui muito mais com a questão de uma gestão mais estratégica, isso é o que nós pretendemos fazer, onde estaria calcada em um planejamento que já foi definido, mas que pretendemos reavaliar em um primeiro momento e depois implementar. Esse é o ponto de vista da gestão voltada para dentro.

Estamos estudando uma forma de atuar no sentido de que a gente possa ter uma gestão voltada para a simplificação de processos, acho que tem uma série de espaços para simplificá-los, uma gestão voltada para redução de prazos, para redução de prazos, na entrega dos nossos produtos. Uma gestão voltada para dar visibilidade e prazos aos nossos produtos. O PDE deverá ser publicado em 10 de dezembro, isso tem que estar muito claro, a todo mundo que a cada 10 de dezembro vai sair o PDE. A gente vai dar não só mais transparência, mas previsibilidade para os agentes, do ponto de vista da organização, que tem essa perspectiva de fazer pequenos ajustes, até porque a organização já está bem estruturada.

Do ponto de vista do planejamento eletroenergético, pretendemos neste curto espaço de tempo, avaliar como foi planejado até agora e nessa avaliação vamos considerar se a situação em que foi planejado ainda se mantem e situações em que poderíamos rever o que foi planejado. No passado, nós precisávamos de 0,8 km na transmissão para escoar 1 MW. Hoje eu preciso de 1,2 km para escoar o mesmo 1 MW.

Agência CanalEnergia: O senhor defendeu na última edição do Enase, em

maio, a autossuficiência energética dos estados. Como seria isso?

Reive Barros: Eu defendo a ideia que a geração fique mais próxima da carga, defendo que as regiões elas sejam autossuficientes energeticamente. Uma região com energia e potência suficiente para atender aquela região. Com isso, eu reduzo as perdas, começo a reduzir custos e também dou mais confiabilidade ao sistema. Nós temos hoje que entender a minha avaliação, essa que é a premissa que eu quero colocar em discussão, a vocação das regiões.

Temos no Nordeste vocação forte para solar, eólica, e renováveis e o próprio São Francisco, já que é preciso recuperar o rio. Já no Sudeste temos ainda térmicas que estão surgindo, nuclear é importante que a gente retome Angra e ela seja retomada. No Sul temos opções de térmicas a carvão, isso é importante que seja considerado, essa característica do Sul e no Norte, nós temos geração hidráulica, mas cada vez mais difícil de explorar, tendo em vista as características da região, uma região de baixo relevo, você precisa de reservatório extenso, que traria impacto às reservas indígenas e as reservas ambientais, tudo isso tem que ser reavaliado.

Agência CanalEnergia: A autossuficiênica dos estados não tiraria a robustez da transmissão brasileira?

Reive Barros: O que estamos falando é que em tendo um problema na transmissão, as regiões não ficariam vulneráveis, esse é o grande diferencial que é o seguinte: eu conheço transmissão, minha vida eu comecei com transmissão, é um sistema que tem uma certa confiabilidade, mas o fato de ser uma instalação exposta, isso pode de certa forma criar uma vulnerabilidade. Então o que queremos é o seguinte: isso existe, vamos continuar utilizando, agora a transmissão tem um limite, tem uma determinada confiabilidade, mas o custo do arrependimento é muito grande, o que estamos querendo é dar um mínimo de uma reserva de potência, para em caso de perder uma transmissão, tem uma geração próxima da carga que viria de certa forma atenuar.

Agência CanalEnergia: O senhor também quer dar mais previsibilidade aos cronogramas dos leilões?

Reive Barros: O que acontece é o seguinte: como o empreendedor de uma sociedade como um todo, ele precisa se planejar para fazer seus investimentos e esses investimentos são de capital intensivo, consequentemente isso tem uma necessidade que você possa definir se você vai investir ou não. Como estamos atrás de investidores do mundo todo, os investidores precisam ter informações de realmente quando vão sair os leilões, isso acontece muito na área de petróleo e gás, já tem as áreas que vão ser leiloadas, a ideia é que a gente também tenha.

O que eu quero é dar um cronograma dos leilões, quando os agentes possam efetivamente saber que no primeiro semestre vai ter leilão A e leilão B e no segundo semestre o leilão C. Na transmissão isso é já é mais previsível porque o planejamento é mais indicativo. No caso da geração é que queremos dar mais previsibilidade.

Agência CanalEnergia:- Como ficam os estudos para as usinas do rio Tapajós? Essas usinas podem entrar no planejamento?

Reive Barros: O que eu vejo é uma maior dificuldade, nós tínhamos uma expectativa de explorar aquelas usinas do Norte, acho que cada vez vai ficando mais difícil. A pergunta é a seguinte: vamos tentar continuar a explorar as usinas do Norte? Até porque vai precisar de mais tempo para negociar com órgãos ambientais, tudo isso precisa de mais tempo.

Elas não serão descartadas, mas não serão prioridade, vamos continuar negociando.

Na Europa tem empreendimentos que passam dez anos negociando. A ideia é que possa aproveitar essas fontes que hoje estão bem competitivas. As eólicas estão bem competitivas e a solar a tendência é ficar competitiva.

No passado conseguia fazer com menor tempo, hoje não. Elas estariam no radar, mas como eu preciso atender, quais são as fontes disponíveis? Se eu tenho PCHs disponíveis, eu tenho que incentivar PCHs, se eu tenho renováveis, tenho que incentivar, tenho que usar todas as fontes, mas não vamos mais jogar todas as fichas em usinas hidráulicas no Norte, porque a resistência tem sido muito grande, tem gasto um energia muito grande e ainda hoje se critica Belo Monte. Se for analisar do ponto de vista socioambiental, trouxe uma série de vantagens para a região, mas mesmo assim a crítica é muito forte.

O que vemos nesse período é questionar não do ponto de vista de criticar, mas será que essa forma que estamos planejando é a única, será que não existem outros cenários que possamos considerar para que com isso tenhamos outras alternativas? Nada que se fez há cinco anos continua se fazendo hoje. Temos a figura do armazenamento de energia que vem muito forte, temos a figura da mobilidade elétrica, tem que começar a rediscutir essa transição energética para que a gente possa reavaliar o planejamento. O fato da gente ter vindo de fora e com a visão do regulador que está preocupado com o custo e o preço da energia, permite que a gente pense um pouco fora da caixa.

Agência CanalEnergia: A indefinição sobre a aprovação do novo modelo no Congresso Nacional atrapalham o planejamento do setor?

Reive Barros: Não interfere. Aquela consulta pública, ela era importante porque ela criava algumas condições que atendiam a uma evolução do setor, agora do ponto de vista do planejamento eletroenergético, isso não tem muito impacto porque o planejamento considera basicamente a demanda, a pressão macroeconômica e a oferta de energia que seria necessária do ponto de vista de energia e de transmissão, isso seria mantido.

E o modelo atual, ele está funcionando, o Brasil tem um marco regulatório estável na área de geração de energia, é a única, na minha avaliação, um dos poucos itens de infraestrutura que tem a atratividade. Os leilões de geração e transmissão têm sido exitosos, com participação de investidores nacionais e internacionais, o que precisaria era avançar, separar lastro e energia, a questão da abertura do mercado, são melhoramentos, mas não mexer no eixo central do modelo não há mudança radical.

Se pegar a 814, volta e aí ver que tem que separar lastro e energia, é uma coisa que um dia vai chegar, chega para ampliar o mercado livre, o que também não é problema, isso já estava sendo previsto. O que tinha era uma determinada velocidade e o mercado livre queria uma velocidade maior, mas não tem nada que possa afetar o planejamento.

Agência CanalEnergia: O senhor pretende fazer alguma mudança no PDE deste ano?

Reive Barros: O PDE não tem novidade, simplesmente a questão central é que estamos avaliando o impacto do cenário macroeconômico, isso pode impactar. Será um PDE tradicional.

Agência CanalEnergia: Como a EPE está tratando essa transição energética que o mundo vem experimentando e assuntos como o armazenamento de energia?

Reive Barros: Isso está sendo considerado. Tem fatos novos que estão sendo

compilados no PNE 2050. A mobilidade elétrica, que ela vai ter um impacto muito grande, tem o armazenamento de energia, que terá um impacto grande, a nossa expectativa é um avanço considerável da GD, pode ter um estímulo a GD, isso também é bastante considerado e a questão de ter empreendimentos híbridos, solar, eólicas mais o armazenamento.

Temos alguns projetos pilotos, casos de Fernando de Noronha, outro em Roraima e esse projeto faz uma associação de armazenamento com solar. Lá ele vai ser importante para que a gente saiba qual vai ser o custo do armazenamento. Hoje você tem a eólica muito competitiva temos valores na faixa de R\$ 67. Tem um espaço, se eu somar a parcela de geração mais armazenamento, ainda fique um preço competitivo, isso deverá ser uma realidade? O resto são tecnologias que já estão maduras.

Agência CanalEnergia: E o PNE 2050, como será?

Reive Barros: Terá algumas novidades, ainda estamos fechando com o ministério, a ideia é que ele saia no primeiro semestre do próximo ano. A ênfase está sendo mais nas renováveis, o Brasil vai conseguir ter uma matriz renovável importante, atendendo ao acordo de Paris.

Agência CanalEnergia: Qual a sua expectativa para o leilão A-6?

Reive Barros: Disputado ele sempre vai ser porque tem quantidade razoável de projetos cadastrados. O que não temos ainda e declaração das distribuidoras para saber a necessidade. Na hora que você tem ela, se for maior ou menor teremos ideia do nível de competição.